

'Cidade' do Congresso quer cadeia

Aliado

Todo crime
que existe cá
existe lá

José Rezende Jr.

BRASÍLIA — Qualquer cidadezinha de filme de faroeste, ainda que com uma única rua empoeirada, tem lá o seu xerife e a sua cadeia. Por que então uma cidade das proporções do Congresso Nacional, com uma população fixa de 12 mil pessoas e mais 20 mil a transitar diariamente pelos seus 200 mil metros quadrados de área construída, não teria o seu xadrez? A comparação é da Diretoria de Segurança da Câmara dos Deputados, que, preocupada com o aumento das ocorrências policiais registradas a partir da instalação da Constituinte, reivindica: cadeia, já.

— O tipo de ocorrência policial que registramos aqui? Bom, só não acontece aqui dentro o que ainda não foi inventado lá fora — confessa o xerife da cidade que — ainda — não tem cadeia, o técnico de segurança legislativa Antônio Rodolfo Assenço, 62 anos de vida e 33 na área de segurança da Câmara dos Deputados (portanto, desde o Rio), os 10 últimos com *status* de delegado de polícia.

Pela sua delegacia, instalada no 2º andar do Anexo I, passaram, em 86, antes da Constituinte, 190 ocorrências. No ano passado, quando tiveram início os trabalhos de redação da nova Carta, o número subiu para 292, sendo que a Diretoria de Segurança estima que pelo menos outros 100 incidentes, de maior ou menor gravidade, deixaram de ser comunicados.

Não exagera o delegado Assenço ao atribuir ao Congresso propriedades de espelho, a refletir pequenos e grandes delitos do mundo lá fora. Há de tudo um pouco. Dos furtos de carteiras, bolsas, pastas de parlamentares (como a do deputado Roberto Rollemberg), lotes inteiros de máquinas de escrever e tudo o mais que se possa carregar nas mãos ou embarcar em kombis, que estacionaram estrategicamente na calçada da noite, a curiosos atentados ao pudor. Neles, os principais personagens são os *voyeurs*, que se esgueiraram pelas tubulações em busca de flagrantes nos banheiros femininos, e os exibicionistas, que costumam transitar com detalhes de sua anatomia mais íntima distraidamente à mostra.

Os livros de ocorrência falam em arrombamentos — como o da CPI da Corrupção e o do gabinete do senador Carlos Chiarelli —, porte de armas, agressões físicas, ameaças de morte, consumo de tóxicos, identidades falsas e “usos indevidos da Casa”, como cassino improvisado, escritório de advocacia, banca de venda de peixe e, à noite, em casos de urgência, até como motel. Mas, apesar de tamanha variedade,

os registros pecam pela omissão. A Diretoria de Segurança sabe, embora não disponha de provas concretas, da existência de tráfico de drogas, prática de agiotagem, venda de produtos contrabandeados e até prostituição.

— A prostituição é muito difícil de ser comprovada. Por exemplo, tem uma moça que é funcionária e atravessa dificuldades financeiras. Alguém vai e ajuda. Ela fica como-vida, se sente na obrigação de pagar e a única forma que encontra para isso é aquela que todo mundo sabe. Então eu pergunto: isso é prostituição ou é amor? — desconversa Assenço.

Para a Diretoria de Segurança da Câmara, a curva ascendente das estatísticas de ocorrências policiais justifica a urgente instalação — já pedida à direção-geral da Câmara, mas ainda sem resposta — de pelo menos uma cela, para abrigar autores de delitos mais graves ou vítimas de súbitos ataques de loucura, que exigem a presença de três ou quatro agentes para mantê-los seguros durante horas a fio.

Saudade do Rio, bom tempo

Saudoso do tempo em que a Câmara dos Deputados, então no Palácio Tiradentes, no Rio, contabilizava uma única ocorrência por mês, o delegado Antônio Assenço não atribui apenas à Constituinte, que aumentou de 7 mil para 20 mil o número de pessoas a transitar diariamente pelo Congresso, a responsabilidade pela realidade de hoje, em tudo diferente da de outrora. Segundo Assenço, há que se considerar um outro fator importante: a queda da condição social dos funcionários do legislativo, em decorrência da crise econômica.

Que, aliás, não é de agora. Anos atrás, a área de segurança deparou com dois casos ao mesmo tempo pitorescos e dramáticos, ilustrativos da realidade do país, tendo ambos como cenário o belo lago que enfeita o Congresso. Primeiro, os gansos, patos e cisnes começaram a sumir, trocando

Na opinião do deputado Roberto Rollemberg, que teve sua pasta com talões de cheque furtada há duas semanas, em plena Comissão de Fiscalização e Controle, o que é preciso, na verdade, é modificar o regimento da Casa, para permitir a participação da polícia nas investigações de crimes cometidos no interior do Congresso. Atualmente, a ocorrência tem que ser registrada na Diretoria de Segurança, depois transformada em inquérito que, concluído, é diretamente encaminhado à Justiça.

— Quando vi que não se tomava providência nenhuma para achar minha pasta, pedi para comunicar à polícia. Foi aí que a segurança me avisou que a competência para investigações era exclusivamente dela. Enquanto isso, o camarada que me roubou gastava meus cheques à vontade. Ora, crime é crime em qualquer lugar — irrita-se o deputado, que está concluindo estudos para mudar o regimento e dar à polícia a competência que ela atualmente não tem.

a tranquilidade das águas pelas panelas dos famintos. Depois, foi a vez das tilápias, peixes de rápida proliferação, mas que começaram a sentir os efeitos das incontáveis varas de pescar, com metros e metros de linha, que saíam das janelas do Anexo I no meio da noite. “Tinha gente até jogando tarrafá”, lembra Assenço.

O delegado se recorda de outro caso trágico: a guerra entre duas facções inimigas de mães-de-santo infiltradas na legião de faxineiros. Uma integrante de um dos grupos tentou, durante algum tempo, prejudicar os seguidores do outro, pondo um misterioso pozinho, de propriedades pseudo-mágicas, nas roupas das rivais. Como não deu certo, radicalizou: trocou o pó mágico por um outro, quimicamente mais forte, e o espalhou pelas tampas das privadas e rolos de papel higiênico do vestiário das faxineiras.

